

NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: UMA CONVERSA SOBRE LEGISLAÇÃO, BRAUDEL E FLÁVIO JOSEFO

Marcos José de Melo⁷⁶

“Civilização alguma vive sem movimento próprio; cada qual se enriquece com as trocas, com os choques acarretados pelas vizinhanças frutuosas.” (BRAUDEL, 2004: 32) Nestes termos, o historiador Fernand Braudel, em sua obra “Gramática das Civilizações”, nos ensina que “as civilizações são diálogos”. Ele explica que

todos os dias, uma civilização toma emprestado às suas vizinhas, mesmo que tenha que “reinterpretar”, de assimilar o que acaba de lhes tomar. À primeira vista, cada civilização assemelha-se a um armazém de estrada de ferro que não cessasse de receber, de expedir bagagens heteróclitas. (IDEM: 49)

Partindo-se desta premissa, ficam expostas as falhas do ensino de História Antiga como um todo, e das propostas de inclusão de História da África na sala de aula em particular, uma vez que primam, tradicionalmente, pela mera enumeração de civilizações. Na escola, os jovens aprendem História Antiga de tal modo que aparentemente uma civilização sucede a outra na História, elas não parecem ter convivido entre si. Estuda-se “Mesopotâmia” depois do “Egito Antigo”, e a Antiguidade Oriental termina quando aparecem os gregos. Ao invés disso, a proposta de ensino de Braudel defende que os grupos humanos, num processo que ele chama de ‘constante vaivém’, tomam elementos

⁷⁶ Mestrando em História pela Universidade de Pernambuco; membro do *Leitorado Antigo* – Grupo de Ensino e Extensão em História Antiga. Email: marcos_melo83@hotmail.com

emprestados de outras culturas e ao mesmo tempo cedem elementos seus a estas, mantendo diálogos do ponto de vista econômico, político, cultural com os eixos civilizatórios que os cercam. Diálogos que muitas vezes se traduzem através de relações violentas, mas diálogos.

A recente legislação que tornou obrigatório o ensino de História da África no Brasil incorre nas mesmas distorções que citamos referentes à História Antiga. As *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana* foram instituídas com o objetivo de resgatar “historicamente a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira” e, tão importante quanto, promover “alteração positiva na realidade vivenciada pela população negra.” (BRASIL, 2004: 08) Muito embora a legislação em si seja digna de nossos mais calorosos aplausos, isso não significa que determinados aspectos seus não devam ser criticados com fito em seu melhoramento. Ora, para que seus objetivos sejam alcançados, a Lei estabelece os aspectos que devem ser destacados dentro do currículo do ensino de História africana, e chamamos a atenção para o seguinte: “Articulação entre passado, presente e futuro (...) experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro.” (IDEM, IBIDEM) Porém, se forem seguidas à risca as “determinações” enumeradas logo depois pela mesma legislação, esta “articulação” simplesmente desaparece do quadro.

Para exemplificar, vejamos o sétimo item das citadas determinações. Ele refere-se à

ancestralidade e religiosidade africana; aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; às civilizações e organizações pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; (...) à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; às lutas pela

independência política dos países africanos; às ações em prol da unidade africana em nossos dias. (IDEM: 22)

Esse formato precisa ser discutido, já que, se for seguido à risca, exclui importantes civilizações africanas, sem critério algum para tal seleção, além de, ainda mais grave, enumerar algumas civilizações que devem obrigatoriamente ser estudadas, estando estas enormemente distantes umas das outras no tempo e no espaço, como a Núbia (século IV a.C) e o Mali (século XIV da nossa era). Ou seja, recai naquela falha já apontada da mera enumeração de civilizações, algo como os “grandes momentos” da História africana. Ministrado dessa maneira, o ensino de História da África não se aprofunda sobre qualquer de seus aspectos, se torna uma simples lista de nomes e datas em sequência. Não torna possível a compreensão da História africana como um processo, a abordagem permanece superficial e privilegia o estudo das opressões infligidas ao africano pelo estrangeiro.

Desde meados de 2006, o *Leitorado Antigo*, grupo de pesquisa, ensino e extensão em História Antiga sediado na Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata – Universidade de Pernambuco, vem trabalhando em pesquisas que têm como alvo fornecer uma contribuição ao ensino de História da África. Em nossa pesquisa, intitulada “*A África Antiga e o ensino de História da África: o Kebra Nagast e suas raízes bíblicas*”, temos trabalhado, a partir do cruzamento de artefatos culturais africanos e hebraicos e da mais recente historiografia sobre o tema, a importância de uma civilização africana antiga, a Etíope, no mundo do mediterrâneo oriental antigo. No presente texto, nossa proposta é mostrar, a partir dos relatos envolvendo um obscuro personagem bíblico, os diálogos que existiam entre a Etiópia e outros povos antigos.

É importante ressaltar que nossa pesquisa tem tido um “efeito colateral” inesperado, porém muito bem vindo. Através dela, temos ajudado a combater a imagem estereotipada acerca do continente africano que é alardeada nos meios de comunicação,

e que grassa mesmo no meio universitário. Cabe aqui uma breve discussão sobre o discurso da estereotipização, segundo o qual África é sinônimo de pobreza, fome, miséria, epidemias etc. Utilizando os conceitos de Foucault aplicados por Durval Muniz de Albuquerque Júnior para analisar o surgimento da idéia de Nordeste, podemos dizer que essa imagem da África que citamos trata-se ‘simplesmente’ de uma formação discursivo-imagética, criada num contexto pós-colonização que alguns especialistas chamam de “afro-pessimismo”. Para citarmos um exemplo clássico, basta lembrar que Josué de Castro, em sua *Geografia da Fome*, publicada em meados do século XX, cita a fome na África, porém dá muito mais destaque à situação da Índia, que naquela época carregava muito mais o estigma da miséria do que o continente africano. Os países da África eram então ou colônia de países europeus ou recém independentes, e embora o continente já carregasse o estigma de “desconhecido” e “exótico” desde a época de sua ocupação, no século XIX, ainda não carregava o de “miserável”. O estudo do professor Durval se ocupa de desconstruir, ou reconsiderar, diversas categorias segundo as quais a História do Nordeste vem sendo produzida e ensinada, defendendo que a noção de “Nordeste” é uma formação discursivo-imagética, algo literalmente “inventado” em um tempo, lugar e contexto específicos. A esse respeito, na introdução do livro, Durval afirma que os vários discursos produzidos sobre o Nordeste nas várias mídias e no próprio mundo acadêmico são impregnados do que ele chama de estratégia de estereotipização, “linguagem que leva à estabilidade acrílica” e “que se arroga em dizer o outro com poucas palavras” (ALBUQUERQUE Jr, 1999: 20).

É preciso historicizar e contextualizar os conceitos e as idéias, especialmente quando estes dão ânimo a comportamentos e atitudes como aquelas que discriminam e tornam alvo de violência (qualquer que seja) determinadas populações, especialmente minorias. Exemplo disso é o que faz José Guimarães Mello em sua obra *Negros e escravos na Antiguidade*. Antes de dar início à sua análise do tema proposto, ele traz à tona uma discussão acerca da história do preconceito racial, citando vários autores e esvaziando a

teoria racial de sua suposta naturalidade por sempre ter existido. Ele nos diz: “O historiador Toynbee afirmava que o sentimento racial entre os ocidentais só aparece no século XV da nossa era. Antes disso, em lugar da divisão entre brancos e negros, a humanidade se dividia entre pagãos e cristãos.” (MELLO, 2003: 19) Ou seja, pelo menos até a modernidade não há qualquer indício sério da existência de racismo provocado pela diferença de cor da pele, pois até então, e especialmente na Antiguidade, “todos os povos, de qualquer raça, eram passíveis de escravização, ao passo que modernamente a escravidão se concentrou unicamente sobre a raça negra.” (IDEM, IBIDEM) Assim, historicizando-se um conceito, dessacralizam-se e desnaturalizam-se as práticas decorrentes deste.

Que dizer dos povos do passado? Como eles encaravam os povos africanos? É disso, em parte, que se ocupa a nossa pesquisa. Vamos agora tratar de um exemplo específico, de um personagem africano que aparece tanto no relato bíblico como na obra do Historiador judeu-romano do primeiro século Flávio Josefo: Ebed- Melec.

No livro bíblico de Jeremias, versículos 7 a 12 do capítulo 38, e 16 a 18 do capítulo 39, encontramos um relato a partir do qual podem ser extraídas valiosas informações sobre as relações entre judeus e etíopes, ajudando a quebrar a imagem de povos estanques vivendo isolados na antiguidade, ao mesmo tempo que mostra a ancestralidade da penetração da cultura judaica entre os etíopes, que “desembocará” mais tarde no *Kebra Nagast*, a epopéia nacional da Etiópia. Trata-se da ocasião em que o rei Sedecias (na nomenclatura usada pela *Bíblia de Jerusalém*), de Israel, foi convencido, durante o sítio dos babilônicos, a permitir o lançamento do profeta Jeremias em uma cisterna onde morreria de fome, apuro do qual foi salvo graças à intervenção de Ebed-Melec, um etíope eunuco que vivia na corte de Sedecias. Percebe-se não só a interação entre estes povos, mas também que Ebed-Melec gozava de alta estima na corte real de Israel, uma vez que o rei atende aos seus apelos e manda que Jeremias seja resgatado da cisterna. Segundo Josefo, tratava-se de um criado do rei,

obviamente prosélito judeu, mas com uma posição privilegiada, tendo acesso direto à pessoa do rei, que por sua vez estava disposto a ouvir suas admoestações (JOSEFO, 1990: 224).

Imaginemos uma aula de História Antiga e/ou de História da África em que o professor levasse para a sala de aula o Livro Décimo das *Antiguidades Judaicas*, de Josefo. Como essa História seria contada? Certamente de maneira bem diferente daquelas que criticamos nesse texto, e bem mais próxima daquela proposta por Braudel em sua obra citada, pois nesse texto antigo percebemos a História Antiga em sua dinâmica, em seu movimento característico. É um mergulho no belicoso momento da História que presencia a queda do Império Assírio, as tentativas de ascensão egípcias, a conquista babilônica da Palestina e finalmente a supremacia persa, com trânsito constante de exércitos internacionais, emissários e mercadores através de toda a região levantina. É uma História em que a Assíria deixa um destacamento do exército sitiando Jerusalém enquanto ataca o Egito, mas acaba sendo suplantado no domínio da região pelos babilônios, que mais tarde cairão sob o poderio persa. E no meio de todo este processo, visto não no formato asséptico dos livros didáticos, em que tais supremacias parecem se suceder sem que haja contato entre estes povos, mas no formato de uma fonte histórica, com suas contradições internas e seus etnocentrismos, encontramos em plena corte de Israel um etíope ocupando um cargo no alto escalão, a ponto de influenciar a autoridade máxima do Rei a voltar atrás em uma polêmica decisão. Nessa história não há lugar para preconceito racial, nem muito menos para uma África inferiorizada, relegada a segundo plano como nos é alardeado hoje.

Nesse ponto, o professor poderia trazer à tona a discussão acerca do fato de que nessa época a África ainda não existia, ou seja, a formação discursivo-imagética que conhecemos atualmente estava há milênios de se estabelecer. O uso da fonte histórica

diretamente em sala de aula pode se traduzir num forte aliado no combate a preconceitos que dificultam a aprendizagem da História, como aquela idéia segundo a qual História é uma “matéria decorativa”, que não precisa ser compreendida, apenas memorizada. O trabalho de transposição didática, ou seja, a adaptação daquilo que se aprende na academia para a sala de aula, ou a prática do historiador à prática escolar, representa um desafio que tem aliados diversos. Joaquín Prats fala da necessidade de introduzir as questões metodológicas e técnicas como requisito para ensinar História, mostrando para o estudante que História não se traduz em um tipo de verdade acabada ou uma série de datas a memorizar, mas sim um tipo de conhecimento construído através de um método científico específico. Para tanto, o autor sugere que não seja negado aos estudantes o conhecimento dos elementos e métodos de historiar; uma vez que “para conhecer História, deve-se conhecer o método de trabalho do historiador, e isto leva a empregar estratégias muito concretas nas aulas, que não podem ser derivadas de habilidades manuais”. (PRATS, 2006: 205) Essas estratégias concretas o autor assemelha aquilo que já é tradicionalmente, e sem questionamentos, feito em relação às chamadas “ciências naturais”: a execução de experimentos em sala de aula, a fim de apresentar a natureza inacabada e interpretativa do conhecimento histórico. Prats assinala que, por exemplo, “o uso da cartografia histórica não tem como objetivo ensinar a olhar mapas sem outras razões; seu objetivo se enquadra na aprendizagem de conceitos tais como mudanças espaciais, causa e conseqüências dos fatos”. (IDEM, IBIDEM) Esse uso da fonte, no caso, o uso de Josefo para ensinar História Antiga inserindo nesta a presença e a importância da África, ou propriamente para ensinar História da África, além de se traduzir em uma “experimentação” a ser feita com os alunos em sala de aula, de análise de uma fonte e proposta de construção de uma História a partir dela, está em acordo com o movimento de renovação do ensino de História Antiga que nosso país vivencia atualmente, e especialmente procura atender as determinações da Lei 10.639 em conexão com o que já foi exposto antes sobre as críticas que devem ser feitas a essa legislação.

Para mostrar que não se tratava de um fato isolado, um etíope vivendo entre os judeus em Canaã, o texto de 2 Samuel 18: 21 afirma que foi um etíope a serviço do rei Davi que levou a este a notícia da morte de Absalão, filho do rei Saul. Muito diferente da imagem atual, estereotipada, de uma África em geral, e Etiópia em particular, dependente de outras nações e irrelevante no cenário internacional, a Bíblia contém e transmite uma visão em que a Etiópia e os etíopes figuram no primeiro escalão das potências e grandes homens da época, como em Ezequiel 30: 4, 5, 9, onde a Etiópia é retratada como uma poderosa nação aliada do Egito, confiante em si e temida, mas que seria humilhada pelo poder de Deus.

Lembremos também das inúmeras citações aos etíopes feitas pelos autores gregos clássicos, especialmente Homero e Heródoto. Afinal, toda a “odisséia” de Ulisses só nos é contada, e mesmo acontece, por que Posido havia ido a um banquete com os etíopes, por exemplo. Mais uma mostra de o quanto os povos norte-africanos estavam presentes na nossa velha conhecida, a “Antiguidade Oriental”, a despeito de nossa historiografia tê-los solenemente ignorado ao longo do tempo.

A longa série de citações à Etiópia e aos etíopes que encontramos na Bíblia e em outras fontes antigas, assim como as raízes do *Kebra Nagast*, bíblicas em sua maioria, são evidência suficiente para demonstrar a importância desse povo no recorte temporal estudado, a Antiguidade. Quando aliado às evidências apontadas pela historiografia e pela arqueologia, assim como por diversas outras fontes da época, não bíblicas, como as fontes gregas já citadas, começa-se a perceber que é plenamente factível a elaboração de uma História da África em que esta é ‘tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações’, baseada na mesma ‘história da ancestralidade e religiosidade africana’. Uma África com História, e uma História muito diferente da imagem negativa e estereotipada e preconceituosa repassada ao longo do tempo.

As evidências que citamos, colhidas em artefatos culturais, apenas corroboram o que os artefatos arqueológicos não dão margem à dúvida: o fato de que a Etiópia, no início da era cristã, “era uma potência mercantil de primeiro plano, o que se evidencia pela cunhagem de moeda própria em ouro, prata ou cobre.” (KOBISHANOV, 1983: 390) A cunhagem de moedas, especialmente de ouro, no mundo antigo, era um ato não só econômico, mas essencialmente político: “Através dela o Estado de Axum [outra denominação para o antigo Estado etíope] proclamava ao mundo sua independência e prosperidade, o nome de seus monarcas e as divisas do reino.” Tanto que por volta do ano 270, na Pérsia, o profeta Mani descreveu Axum em seu *Kephalaia* como “um dos quatro maiores impérios do mundo.” (IDEM: 386) De fato, as evidências mostram que a Etiópia ocupou a hegemonia mundial das grandes rotas de comércio que tinham como centro a região do corno da África e ligavam desde Bizâncio à Índia. Escavações arqueológicas em vários sítios etíopes “revelaram numerosos objetos de origem não-etíope” (IDEM: 397), que vão desde estatuetas de Buda à moedas de prata romanas. As influências culturais de egípcios, árabes, judeus, sírios, budistas, armênios, gregos, cristãos bizantinos e outros foram assimilados pela cultura etíope e transformados em algo próprio. Como ressalta Kobishanov,

Núcleo de Estudos de Antiguidade

o reino axumita foi muito mais do que uma grande potência comercial nas rotas que uniam o mundo romano à Índia e a Arábia ao nordeste da África; foi também um importante centro de difusão cultural, exercendo sua influência ao longo dessas rotas e tendo, ao mesmo tempo, numerosos traços de sua cultura determinados pela influência de muitos países de antiga civilização do nordeste da África e do sul da Arábia, sob seu domínio. (IDEM: 405)

Compreende-se melhor a partir de tais informações a visão que tinham outros povos dos etíopes, assim como o quadro que eles pintaram de si mesmo no século XIII, quando colocaram por escrito o ciclo de lendas sobre a origem de seu Estado de base teocrática no *Kebrá Nagast*. Isso implica dizer que, lembrando Braudel, “a fixidez dos espaços solidamente ocupados não exclui a permeabilidade dessas mesmas fronteiras às múltiplas viagens dos bens culturais que não cessam de transpô-las”, e que as civilizações africanas estiveram incluídas nesse processo durante toda a Idade Antiga. Também fornecem ao pesquisador, e especialmente ao professor, de História, ainda mais “justificativas” e elementos para ajustar as tradicionais metodologias e os tradicionais objetos da História a um ensino e uma escrita da História renovados.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999.
- ARMSTRONG, Karen. **A Bíblia: uma biografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM**. São Paulo: Paulus editora, 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **Gramática das civilizações**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BROOKS, Miguel F. (ed.). **Uma tradução moderna de Kebrá Negast (A Glória dos Reis)**. São Paulo: edição do autor, 2001.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural - entre práticas e representações**. Lisboa: Verbo, 2004.
- FUNARI, Pedro Paulo. **A renovação da história antiga**. In KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.

GIORDANI, Mario Curtis. **História da África anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

JOSEFO, Flávio. **História dos judeus**. Rio de Janeiro: CAPD, 1990.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África - vol. I: Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1982.

KOBISHANOV, Y. M. **Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura**. In MOKHTAR, G. **História Geral da África – vol. 2: A África antiga**. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1983.

LECLANT, J. **O Império de Kush: Napata e Méroe**. In MOKHTAR, G. **História Geral da África – vol. 2: A África antiga**. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1983.

MELLO, José Guimarães. **Negros e escravos na Antiguidade**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

PRATS, Joaquín. **Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos**. In *Educar Especial*; Curitiba: Editora UFPR, 2006.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

ULLENDORFF, Edward. **Ethiopia and The Bible**. Londres: British Academy/Oxford University Press, 1968.

Núcleo de Estudos da Antiguidade